



Nº 60 - JANEIRO/FEVEREIRO DE 2025

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Pelo protagonismo das periferias na formulação e renovação política

**(IN)Segurança Pública:
Estado de Exceção e
Violação de Direito**

**O lugar do trabalho
por conta própria
nas periferias**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Pelo protagonismo das periferias na formulação e renovação política



OBRA DE THIAGO CIRROSE

A edição de janeiro e fevereiro da **Revista Reconexão Periferias** trata de alguns temas que farão parte da agenda em 2025 e são essenciais para as periferias brasileiras.

No artigo *Renovar o PT programática e organizativamente*, o coordenador do Reconexão Periferias, Paulo Ramos, fala sobre o Processo Eleitoral Direto (PED) que será realizado

nos próximos meses pelo partido dos Trabalhadores. “Passados 45 anos de muitas lutas e conquistas, como também de muitas transformações, vimos que é necessário fazer o balanço de como estas estruturas organizacionais, programáticas e discursivas atuam para fazer valer os anseios por justiça social e emancipação popular.”

As mudanças realizadas na área de segurança pública realizadas pelo governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo são o tema do artigo *(IN)Segurança Pública em São Paulo: Estado de Exceção e Violação de Direito*, assinado pelo Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo. O texto denuncia as operações “Escudo” e “Verão” como instrumentos de violação estatal. E exige

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, DARLENE TESTA E MATHEUS TANCREDO TOLEDO ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNIO CESAR (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

investigações independentes, responsabilização dos agentes envolvidos em abusos e a reformulação da política de segurança pública estadual.

Outro tema importantíssimo para garantir o bem viver das populações periféricas no Brasil é a organização dos trabalhadores no novo mundo do trabalho, marcado pela desregulamentação, precarização e crescimento do trabalho por conta própria. Sobre esse assunto, a revista entrevistou o sociólogo João Carlos Nogueira, pesquisador da Cátedra Antonieta de Barros, da Universidade Federal de Santa Catarina/Unesco. Ele também integra o Observatório de Pesquisas e Políticas Públicas da Ufsc/Reafro e o Conselho de Desenvolvimento econômico, social e sustentável da Presidência da República.

Ainda em relação ao novo mundo do trabalho, a edição traz o artigo “*O lugar do trabalho por conta própria nas periferias*”, de Léo Pinho e Darlene Testa, que destaca como oportunidade histórica a

aprovação da Lei que cria a Política e o Sistema Nacional de Economia Solidária. “Trata-se de construir uma regulamentação da Lei com o propósito de garantir a efetividade dos compromissos e as agendas internacionais, em especial a do desenvolvimento sustentável: direito ao Desenvolvimento, Agenda 2030 e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, além do alinhamento com as estruturas e dispositivos já construídos no país pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE)/MTE.”

A seção Perfil apresenta o Projeto Assistencial Sementes de Esperança (Pases), situado a cidade satélite de Ceilândia (DF), criado 2010, por um grupo de alunos de Educação para Jovens e Adultos (EJA), voluntários e moradores da região, com o objetivo de atuar na Defesa e Garantia de Direitos Sociais e Promoção da Cidadania. Desde então, oferece atendimento diário, planejado e continuado em diferentes setores da sociedade por meio de seus núcleos de atuação.

A edição traz ainda a cobertura do seminário *O papel das periferias no processo de democratização no Brasil do século XXI*, realizado em dezembro pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em Brasília, onde coletivos e lideranças sociais de várias regiões apresentaram os principais desafios que vivem em suas comunidades.

A seção de arte apresenta as obras de Thiago Cirrose, que expõe seus trabalhos na Av. Paulista e chama a atenção pela criatividade ao utilizar peças antes consideradas “lixo”, que são recicladas.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Renovar o PT programática e organizativamente

PAULO RAMOS

PAULO RAMOS É
COORDENADOR DO
RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: SERGIO SILVA

O Partido dos Trabalhadores, em sua carta de princípios, expressa que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia.

Assim, o Projeto Reconexão Periferias, na Fundação Perseu Abramo, tem se dedicado a refletir sobre como o Partido dos Trabalhadores pode aprimorar sua relação com a sociedade, a partir da intensificação da relação com os movimentos sociais das periferias, na criação de parcerias

Brasil afora, mirando o fortalecimento das pautas políticas das periferias.

Desde a redemocratização, a luta pela justiça social teve como principal instrumento político o Partido dos Trabalhadores, que, junto com outras organizações dos movimentos sociais, agregou-se aos milhões de brasileiros

que atuavam no campo e na cidade para viabilizar uma Constituição democrática e a luta pela concretização de direitos. Passados 45 anos de muitas lutas e conquistas e também de muitas transformações, vimos que é necessário fazer o balanço de como essas estruturas organizacionais, pro-

gramáticas e discursivas atuam para fazer valer os anseios por justiça social e emancipação popular.

Muito mais do que voltar para as bases, é preciso reforçar que as bases têm de estar na direção da política no Brasil. Multiplicam-se pelo território nacional coletivos, entidades, fóruns, redes etc. de organizações baseadas na defesa de direitos humanos, das mulheres, dos negros e jovens, de inclusão produtiva, de defesa do meio ambiente. A organização popular nunca parou de acontecer, e os anos de inclusão social promovidos pelos governos do PT ampliaram as possibilidades

de organização do povo porque melhoraram as condições de vida entre os mais pobres, por um lado, como também, por outro, redefiniram os anseios, desejos e horizontes de direitos.

Nestes 45 anos de PT, a renovação programática e organizativa que o PT necessita efetuar será debatida durante o processo do Processo Eleitoral Direto (PED) e dos Encontros Municipais, Estaduais e o Nacional, e deve vir do diálogo com estes movimentos sociais que resistiram ao avanço do fascismo, ao vírus da pandemia e ao governo do verme. Nas periferias, o povo tem lutado todo

dia e não é uma postura salvacionista que melhorará a relação do PT com o povo, mas sim deixar-se influenciar pelo que de novo os movimentos têm mostrado. Neste sentido, as secretarias e dirigentes ligados à Formação, Organização, Mobilização e Comunicação, em especial, precisam mergulhar nesta tarefa!

Por isso, iniciamos na revista **Reconexão Periferias**, uma série de artigos e entrevistas para aprofundar a reflexão e debate sobre esse tema estratégico e visceral para a necessária atualização programática e organizativa. ■

(IN)Segurança Pública em São Paulo: Estado de Exceção e Violação de Direitos

FÓRUM POPULAR DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICA DE DROGAS DE SÃO PAULO

Já nos primeiros meses de seu (des)governo, o governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, realizou uma série de mudanças na área de Segurança Pública, dificultando a continuidade da implementação de câmeras corporais nos policiais militares, além de realizar mudanças internas nos comandos da PM.



FOTO: PORTAL INICIATIVA NEGRA

Além de pronunciamentos públicos de incentivo à violência policial em nome do combate ao crime, Tarcísio materializou seu discurso por meio das sangrentas operações "Escudo" e "Verão" na Baixada Santista (2023/2024). A partir dessas movimentações e do acirramento de uma política punitivista e re-

pressiva na segurança pública estadual, mais de 20 organizações da sociedade civil, movimentos sociais e especialistas no tema se reuniram e fundaram o Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo.

Longe de ser uma novidade, essa iniciativa surgiu referenciada e

inspirada em fóruns populares, como o do Nordeste, da Bahia e do Rio de Janeiro. Esses espaços têm se consolidado como importantes arenas de resistência e construção de políticas públicas. A partir de experiências locais e regionais, esses fóruns têm acumulado conhecimento e estratégias de enfrentamento à

violência institucional, fomentando redes de solidariedade e mobilização social contra o modelo de segurança pública baseado na militarização e no extermínio das populações marginalizadas.

O Fórum de São Paulo se insere nessa tradição de luta, buscando construir, de forma estruturante e participativa, um modelo de segurança alternativo à lógica repressiva estatal e pautado pelo respeito aos direitos humanos. Com isso, o Fórum busca ser um espaço de articulação em rede, protagonizado pela sociedade civil organizada, para construção de uma agenda comum pautada no fim da violência policial-penal e na promoção e reparação dos direitos constitucionais das populações e territórios vítimas do Estado. Nosso intuito é desenvolver ações que provoquem mudanças para outro modelo de Segurança Pública e Política de Drogas.

Compreendemos as operações "Escudo" e "Verão" como a ex-

pressão visível da continuidade de um Estado de Exceção nas regiões periféricas, onde a legalidade é substituída pela violência desmedida do aparato estatal, sob falsos pretextos como o combate e a guerra às drogas e ao crime organizado. Contudo, essas operações resultam em execuções sumárias, desaparecimentos forçados, prisões ilegais, invasões de domicílio sem mandado judicial e intimidação sistemática de uma parcela específica da população.

Relatos de familiares e organizações de direitos humanos têm apontado para um contexto de terror, no qual agentes do Estado atuam sem compromisso com os princípios legais, violando sistematicamente a Constituição Federal, negando garantias fundamentais como a vida, a dignidade da pessoa humana e o devido processo legal.

A execução sumária de suspeitos fere o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal, enquanto

invasões de domicílio sem mandado afrontam a garantia constitucional da casa como asilo inviolável do indivíduo. Além disso, a ausência de investigações e de responsabilização dos agentes envolvidos contraria o direito ao amplo acesso à justiça e afirma a cultura da impunidade dentro das forças policiais. A legitimação dessas violações pelo Estado reforça uma estrutura de exceção, onde o uso da força se sobrepõe ao respeito aos direitos fundamentais, consolidando um modelo de segurança pública incompatível com um Estado Democrático. O uso excessivo da força letal pelas policiais do Estado de SP, legitimado pelo discurso de suposto enfrentamento à criminalidade, evidencia uma política de extermínio direcionada, sobretudo, à população negra e periférica. Tais operações agravam ainda mais o ciclo de violência institucional, intensificando a violação de direitos e alimentando o medo entre os moradores das

regiões atingidas.

Ademais, a estratégia adotada pelo governo paulista é incompatível com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de direitos humanos. Ações de repressão violenta como as realizadas nas operações "Escudo" e "Verão" são repudiadas por organismos internacionais e contrariam diretrizes da ONU e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Inclusive, ao tomar conhecimento de denúncias feitas a tais organismos internacionais, Tarcísio, sem nenhum

pudor, declarou: "*Pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí*", demonstrando que não há intenção por parte do governador de interromper tamanha barbárie. A insistência na lógica de guerra demonstra o desprezo pelas soluções baseadas na prevenção da violência e na ampliação de direitos sociais como forma de enfrentamento à criminalidade.

O Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo reafirma seu compromisso com a

defesa intransigente dos direitos humanos e denuncia as operações "Escudo" e "Verão" como instrumentos de violação estatal. Exigimos investigações independentes, a responsabilização dos agentes envolvidos em abusos e a reformulação da política de segurança pública estadual. A sociedade civil organizada não pode aceitar que a violência continue sendo a resposta do Estado para problemas estruturais que exigem soluções democráticas e baseadas na garantia de direitos.■

Trabalho e economia popular e solidária: o lugar do trabalho por conta própria nas periferias

DARLENE TESTA E LEONARDO PINHO

O Brasil tem duas chagas estruturais que demandam um conjunto de políticas e alternativas organizativas para enfrentar o desemprego e alta informalidade na classe trabalhadora.



CRÉDITO: REPRODUÇÃO

DARLENE TESTA É GEÓGRAFA, ASSESSORA SINDICAL E CONSULTORA DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS

LEONARDO PINHO É MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DO DIREITO AO TRABALHO, À EDUCAÇÃO E À SEGURIDADE SOCIAL. FOI PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (2019/2020 E 2022/23)

Nessa perspectiva, temos uma oportunidade histórica, a partir da aprovação da Lei que cria a Política e o Sistema Nacional de Economia Solidária. Trata-se de construir uma regulamentação da Lei com o propósito de garantir a efetividade dos compromissos e as agendas internacionais, em especial a do desenvolvimento sustentável: direito ao Desenvolvimento, Agenda 2030 e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, além do alinhamento com as estruturas e dispositivos

já construídos no país pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE)/MTE.

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, das Nações Unidas, deixou claro que as políticas públicas devem ser construídas tendo as pessoas como “o sujeito central e deveriam ser participantes ativas e beneficiárias do direito ao desenvolvimento” e que “o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos estão habilitados a

participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, a ele contribuir e dele desfrutar”.

No Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, instituído no Brasil pelo decreto n. 592/1992, afirma em sua: “PARTE III - ARTIGO 6º (...) As medidas que cada Estado Parte do presente Pacto tomará a fim de assegurar o pleno exercício desse direito deverão incluir *a orientação e a formação técnica e profissional, a elaboração*

de programas, normas e técnicas apropriadas para assegurar um desenvolvimento econômico, social e cultural constante e o pleno emprego produtivo em condições que salvaguardem aos indivíduos o gozo das liberdades políticas e econômicas fundamentais” (grifo nosso).

Mais recentemente, nosso país torna-se signatário da Agenda 2030, com seus 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas, comprometendo-se com as três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental.

Importante destacar que esses compromissos estão assentados na Constituição, que afirma em seu artigo 3º como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem,*

raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Desafios

A partir desses compromissos internacionais e do sentido estratégico da nossa Constituição, devemos pensar a regulamentação da Política e Sistema Nacional de Ecosol. Vale lembrar que o Brasil já construiu Políticas Nacionais e Sistemas Nacionais, como o Sistema Único de Saúde, previstos na Lei nº 8080/1990, que afirmou os seguintes princípios: “Universalização, Equidade e Integralidade”. Nessa mesma perspectiva de construção da regulamentação da Política e do Sistema Nacional, alinhada com experiências exitosas de constituição de sistemas nacionais de direitos, é fundamental afirmar a necessidade da construção de uma sinergia entre o Sistema Nacional de Economia Solidária com o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que foi instituído com vistas a cumprir a Convenção nº. 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Atualmente,

o Sine já está presente em todo o território nacional, cofinanciando estruturas e equipamentos públicos, por meio dos Convênios Plurianuais do Sine (CPSINE) com as Unidades da Federação, municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos.

A constituição de um Sistema Nacional de Ecosol, com capilaridade e capacidade de ser um dispositivo inovador de garantia do Direito ao Desenvolvimento em todas as regiões do país, passa pela construção dessa sinergia com os equipamentos e estratégias já realizadas pelo SINE em todo o país. A sinergia Sine e Sistema Nacional de Ecosol é a possibilidade objetiva de o Brasil garantir o Direito ao Trabalho Assalariado, como também o Direito ao Trabalho Associado e Autogerido, garantindo respostas concretas à crescente e estruturante informalidade no mundo do trabalho.

Esse sistema se coloca como garantidor da construção de saídas coletivas

a partir de uma relação orgânica entre a economia solidária, o cooperativismo, os movimentos e experiências criativas e solidárias das periferias e com o movimento sindical brasileiro. A unidade na diversidade das experiências de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras é o caminho para consolidar uma Política e um Sistema Nacional de Ecosol que tenha capilaridade nacional e, principalmente, seja uma resposta promotora de direitos para a maioria da classe trabalhadora que está na informalidade ou em um “empreendedorismo” que não garante nenhum direito.

A consolidação da Política e do Sistema Nacional de Ecosol passa também pela necessidade de dar mais um salto de qualidade nas políticas públicas que promovem o Direito ao Desenvolvimento em nosso país, que é a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 2019, no Senado Federal, incluindo a economia solidária no ordenamento econômico nacional, previsto em nossa Constituição. Garantir a economia solidária como política de Estado e presente na Constituição Federal, como prevê a PEC 69/2019, é afirmar que teremos uma política

econômica que irá de fato efetivar o artigo 3º da nossa Constituição, combinando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental para construir uma sociedade livre, justa e solidária.

A regulamentação da Política e do Sistema Nacional de Ecosol é uma oportunidade histórica para garantir que o Brasil possa ter uma política econômica centrada nos trabalhadores e trabalhadoras e na progressividade dos seus direitos, garantindo o direito ao desenvolvimento e o trabalho decente ao conjunto do povo trabalhador “periferizado”.



FOTO: ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Trabalho popular, solidário e comunitário

É imperativo que o mundo do trabalho volte a ter centralidade no debate de direitos e de desenvolvimento sustentável. Sem direito ao trabalho, sem considerar o território como um lugar de bem viver, qualquer projeto de desenvolvimento nacional nasce deficiente. O NAPP Trabalho reafirma essa concepção, quando diz: "Além de um novo arcabouço macroeconômico e fiscal adequado a um projeto nacional de desenvolvimento – como apresentado no Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil elaborado em 2020 –, é necessário buscar formas ativas de participação do Estado no mercado de trabalho, para além da intermediação e capacitação, e criar as condições para um amplo programa de desenvolvimento nacional capaz de recuperar a capacidade de investimento e de direcionar tanto os capi-

tais públicos quanto os privados para a geração de empregos de qualidade e a promoção trabalho decente. (...) Para retomar o caminho de redução da pobreza e da desigualdade e reverter a desestruturação do mercado de trabalho gerada pelas crises do ultraliberalismo e da pandemia, é fundamental recuperar e fortalecer de forma incisiva os programas de inclusão social e distribuição de renda, em forma articulada ao combate ao desemprego e à precarização do trabalho." Dessa forma, urge uma Agenda para a economia popular, solidária e comunitária. Uma atuação vigorosa e incisiva que vai desde os movimentos organizados às políticas públicas de um governo que prioriza o povo pobre e trabalhador, que está nas periferias.

O Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, prioriza essa temática, com elaboração, produção e difusão de reflexões vi-

sando instigar as direções partidárias e a militância a aprofundar esse debate e a produzir ação concreta.

Nesse próximo período, reafirmamos as ideias e dados apresentados no livro *Viver por conta própria*, organizado por Jacques Mick, da Universidade Federal de Santa Catarina, e João Carlos Nogueira (leia entrevista na página 13), do Observatório da Rede Brasil Afroempreendedor (UFSC/Reafro), buscando estimular a produção de políticas, a organização de ações nas periferias e a construção de uma agenda de políticas para fortalecer a economia popular comunitária. E, ao mesmo tempo, combater as discriminações, pois viver por conta própria nas periferias brasileiras é um desafio como também essencial para a distribuição de renda, a promoção da igualdade de gênero e raça e para o desenvolvimento econômico, social e sustentável. ■

Os sindicatos precisam socializar sua cultura e estrutura com a nova classe trabalhadora

ROSE SILVA



FOTO: SERGIO SILVA

A desregulamentação e precarização do trabalho têm se mostrado como um dos principais desafios para as populações periféricas no Brasil, uma vez que perpetuam baixos rendimentos e uma ausência quase total de proteção social. Com o avanço da automação e da inteligência artificial, cada vez mais empregos são eliminados e profissões correm o risco de ser

extintas. Para falar sobre esse cenário e analisar as alternativas, a revista Reconexão Periferias entrevistou o sociólogo João Carlos Nogueira, pesquisador da Cátedra Antonieta de Barros, da Universidade Federal de Santa Catarina/Unesco. Ele também integra o Observatório de Pesquisas e Políticas Públicas da Ufsc/Reafro e o Conselho de Desenvolvimento

econômico, social e sustentável da Presidência da República.

O trabalho por conta própria historicamente sempre fez parte da estrutura econômica e social do Brasil, mas aumentou em grande proporção nos últimos anos. Como isso impacta os trabalhadores brasileiros?

Precisamos fazer aqui uma distinção do ponto de vista mais conceitual entre o trabalho por conta própria na atualidade e o estrutural, da informalidade, o trabalho de subsistência nas relações humanas. E também no que diz respeito ao trabalho do ponto de vista mais clássico, porque, contemporaneamente, se gera uma certa confusão teórico-metodológica quando se fala dos trabalhadores por conta própria ou da informalidade e dos trabalhadores formais com carteira assina-

da, que têm suas distinções, evidentemente, mas muitas vezes se cruzam muito. Ao mesmo tempo, a precariedade existe nos dois lugares. No caso do Brasil, é importante sempre voltar um pouco na história da transição do trabalho escravo para o denominado trabalho livre, que foi absolutamente controlado pelas elites, sob o pacto da branquitude. Isso é muito importante, sobretudo para a juventude, que irá talvez pensar que essas profundas transformações no mundo do trabalho são algo que está acontecendo somente nesse momento, mas na verdade vêm de longe e têm muito a ver com a regulação e a regulamentação feita no passado. Esse controle passou muito por leis e decretos. Desde 1837 a 1890, no pós-abolição, foram excluídos peremptoriamente os trabalhadores negros e negras ex-escravizados. A Lei Nº 108, de 1837, regulamenta a contratação e locação para os colonos. E o Decreto Nº 528, de junho 1890, também vai nessa direção, de regular

e proteger os imigrantes. Portanto, o trabalho informal é consequência direta de uma ação excludente do Estado. O aumento na atualidade tem vários fatores concorrentes, externos e internos: as desregulações e precarização generalizada, e uma das consequências é a redução de salários e remunerações, mesmo com bons indicadores de empregabilidade. O impacto para os trabalhadores brasileiros é devastador, e a baixa escolaridade e qualificação inexistente ou tardia agrava ainda mais o quadro. As periferias das cidades espelham exatamente isso. E, na existência de boa escolaridade e qualificação, enfrentam-se ainda as barreiras do

racismo e preconceitos.

Se analisado o recorte de raça e gênero, podemos dizer que também no universo do trabalho por conta própria se reproduzem as desigualdades, já que as piores remunerações e condições são reservadas às mulheres e à população negra.?

O trabalho por conta própria revela duas variáveis chaves para compreendermos as desigualdades entrecruzadas, duradouras e categóricas, para me referir ao sociólogo Charles Tilly, autor fundamental para compreendermos as desigualdades estruturais, quando propõe romper as sobreposições de

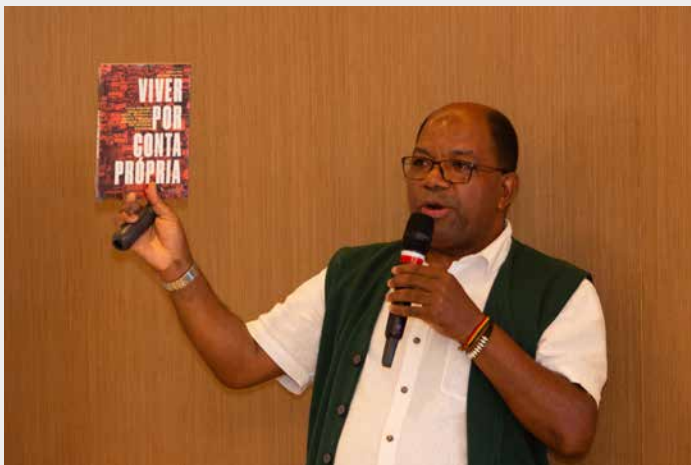


FOTO: SERGIO SILVA

categorias assimétricas. Exatamente porque quando cruzamos raça, classe, gênero e territórios, identifica-se o tamanho dos desafios históricos das desigualdades estruturais, onde negros, negras, mulheres das periferias, jovens negros sobretudo, formam as maiorias nos indicadores dos pequenos negócios (54% dos pequenos negócios se auto declaram negros e negras) e são igualmente excluídos dos acesso ao crédito e ao microcrédito principalmente, dadas as exigências padrão do sistema financeiro, na medida que o fator dinheiro é imprescindível para o giro dessas iniciativas produtivas.

Como se formou a ideia do empreendedorismo, que vem conquistando uma parte expressiva das periferias no Brasil? Como o senhor vê esse fenômeno?

O empreendedorismo é uma ação generalizada de trabalhadores precarizados nas periferias em nome da sobrevivência. Na medida que o projeto

de incentivar o empreendedorismo é em regra, uma iniciativa de governo e do capital, deveria vir acompanhado de subsídios, como qualificação e microcrédito para se tornar uma política pública

"O empreendedorismo é uma ação generalizada de trabalhadores precarizados nas periferias em nome da sobrevivência."

sustentável a longo prazo. O fenômeno ocorre fundamentalmente pelo deslocamento da produção e mão de obra para o comércio e serviços, temos uma economia política em curso dos serviços e comércio, mas precisamos ficar atentos para as "novas" formas de economia que estão sendo gestadas, a economia comunitária, solidária e popular ganham espaço, porque ressignificam saberes e fazeres dos circuitos dos mercados tradicionais. A conquista no meio dos jovens e até mesmo das periferias é

muito forte por conta de que é uma necessidade imediata no primeiro momento, por conta do desemprego, mas também porque existe uma certa vocação de empreender, de querer desenvolver suas iniciativas produtivas, de ter seu próprio negócio. Tem ali uma alma, um desejo, uma vontade de assumir a autonomia do ponto de vista do trabalho, que às vezes se choca exatamente com a estrutura do capital.

Em sua avaliação, há uma contradição entre o trabalho por conta própria e a defesa do trabalho digno? Ou é possível associar as duas coisas? E como fica o papel dos sindicatos nesse cenário?

Na esteira do pensamento crítico, não deve haver contradições. Toda ação humana, todo trabalho desenvolvido pelas forças que o produzem é digno de reconhecimento e remuneração justa, o conceito de trabalho descende da OIT é assertivo. O trabalho por conta própria e os pequenos negócios não

podem ser banalizados como “coisas” do capital. São iniciativas produtivas legítimas secularmente, lamentavelmente desconsiderados como força motriz nos modelos de desenvolvimento diante aos monopólios, oligopólios e a força da globalização e mundialização do capital financeirizado.

Como eu fui sindicalista por uma década praticamente, muito jovem, no setor bancário, sempre defendi que o sindicato tinha um papel fundamental na vida do cidadão. No local de trabalho, no bairro, na comunidade dele. Então, aquele bancário que todos os dias vinha paro o banco de terno e gravata, nos anos 1970, 1980 e 1990, nos bancos públicos, principalmente estaduais e federais, e até mesmo bancos privados, onde a gente tinha uma rede bancária com mais de um milhão de trabalhadores, sempre entendi que eles eram a força motora da organização social, mas não somente só nos sindicatos. Eles precisavam ter consciên-

cia de classe alargada, pensando exatamente a organização local, em sua comunidade. Porque eu sempre acreditei que as transformações do mundo do trabalho e as grandes mudanças das tecnologias afetariam exatamente os lugares mais regulados, portanto, as fábricas. A gente percebeu o que o que aconteceu com a potência que era o apoio à produção de automóveis no Brasil, o ABC e tantas outras grandes praças. O setor bancário se reduziu a dez, vinte por cento do que representava naquela época. Então, a ideia de sindicato, cidadania, o sindicato cidadão, esses conceitos nós disputávamos na época, nos anos dos anos 1990, início do século XXI, dizendo que o sindicato não poderia ser resumido a data



FOTO: REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

base, a sua organização corporativa e seu modo de pensar e de fazer. Os sindicatos perderam a oportunidade riquíssima de transformar-se junto com essa chamada classe trabalhadora mal compreendida, mal identificada hoje, que é exatamente formada por trabalhadores precarizados, resultados de toda a dinâmica do capital e das transformações sociais do mundo. Então os sindicatos tinham uma literatura e uma cultura que poderia ter ajudado em muito a organização

dessas iniciativas que a gente chama hoje de conta própria. A dificuldade é porque se dissociaram esses dois mundos da cultura, da organização da classe trabalhadora. Em alguma medida, os sindicatos achavam que não era muito com eles a conversa dos trabalhadores individualizados. Aqui está uma reflexão crítica que o movimento sindical precisa fazer a tempo ainda de compreender essas dimensões com as estruturas que têm, com a potencialidade de desenvolver e o compromisso, sobretudo, com as transformações sociais. Outro aspecto é que nós não estamos vivendo mais transformações setoriais ou pontuais. São mudanças profundas que não voltarão ao que era antes. No que diz respeito à organização do trabalho e a forma com que as grandes plataformas digitais vão se desenvolver, não haverá retorno. O movimento sindical precisa ficar atento porque não está dissociada, do meu ponto de vista, a estratégia sindical da organiza-

ção com os precarizados, com o trabalho informal, com os conta própria.

O que o senhor pensa da regulamentação do trabalho no Brasil? A CLT está ultrapassada?

Se tem algo que nos manteve altivos e ativos no movimento sindical e na classe trabalhadora foi exatamente a proteção da CLT, fundamental para o movimento sindical. Mesmo que a gente tenha derrubado uma forma de organização sindical muito viciada, que se chamou peleguismo, com um sindicalismo muito regulado e muito patronal. O novo sindicalismo trouxe uma outra visão e outra forma de pensar a organização e o fazer sindical e foi chave fundamental a CLT, porque ela dava as garantias constitucionais para os trabalhadores. E o outro fator fundamental, que era justamente a organização sindical, tendo a sua participação no governo do ponto de vista dos recursos públicos. Ora, se os recursos públicos são resultados do trabalho de todos e

de todas, por que razão os sindicatos não devem ser fortalecidos com esse recurso? Admite-se o fundo partidário, mas não se admite financiar sindicatos. Não é estranho que a elite e a burguesia defendam arduosamente o financiamento de partidos, isenção de impostos para as igrejas, mas não defendam investimento justamente na organização dos trabalhadores? Eu acho que nós precisamos olhar exatamente no tempo aquilo que é necessário, a regulamentação. Mas ela não pode ser regulamentação do capital. As leis trabalhistas não podem ser ordenadas e organizadas pelo capital ou com uma frágil participação dos trabalhadores. Todos os esforços para regulamentar, por exemplo, as plataformas digitais,

"Toda ação humana, todo trabalho desenvolvido pelas forças que o produzem é digno de reconhecimento e remuneração justa."



FOTO: SERGIO SILVA

o uso de internet, da inteligência artificial. O capital está fazendo isso. Quer dizer, nós estamos concentrando renda, assegurando bilionários e trilionários, empobrecendo a absoluta maioria. Eu penso que parte é porque não ficamos atentos aos saltos que o capital estava dando. Nós discutimos crise do capitalismo e não percebemos que a crise do capitalismo é sempre um salto para o futuro dele próprio.

Quais são os principais desafios do mundo do trabalho hoje, com o crescimento da robotização, automação e da inteligência artificial, que atuam para reduzir drasticamente os postos de trabalho?

O grande desafio para os trabalhadores é ter força frente ao capital para regulamentar as novas formas de trabalho. Desde a I Revolução Industrial, a classe trabalhadora foi fundamental para garantir direitos sociais e trabalhistas. Como mobilizar a “nova classe trabalhadora emergente?” Os sindicatos acumularam cultura, estruturas e experiências, as quais precisam ser socializadas largamente, sem imposições, com estes “novos” atores e atrizes que entram em cena no mundo da produção e do trabalho. São mulheres e homens, jovens que formam o perfil da nova classe trabalhadora, não são “identitários” que dividem a “classe operária”. As transformações

tecnológicas, as plataformas digitais, inteligência artificial e outras formas de produção e gestão do capital e da vida vieram para ficar e reduziram os postos de trabalho na produção “tradicional”. As regulamentações para garantir direitos e a cidadania são fundamentais e urgentes. Temos imensos desafios a partir de 2025, que eles já vêm junto na esteira do século XXI. Mas pensar a transição energética, a transição ecológica, os efeitos dela na vida das pessoas, mas sobretudo dos trabalhadores e em especial das regiões dos territórios mais precarizados, eu penso que é o grande desafio. ■

Pases oferece formação para a vida sustentável na Ceilândia

ROSE SILVA



FOTO: DOIS NEGUIN

ONG se organiza em núcleos para atender crianças desde a primeira infância até jovens, adultos e pessoas idosas

O Projeto Assistencial Sementes de Esperança (Pases), situado a cidade satélite de Ceilândia (DF), foi criado em 2010, por um grupo de alunos de Educação para Jovens e Adultos (EJA), voluntários e moradores da região, com o objetivo de atuar na Defesa e Garantia de Direitos Sociais e Promoção da Cidadania. Desde então, oferece atendimento diário,

planejado e continuado em diferentes setores da sociedade por meio de seus núcleos de atuação.

De acordo com a educadora social, fundadora e atual do Pases, Ivone Gazzola, o projeto surgiu a partir das necessidades apresentadas por ex-alunos de EJA que desejavam um projeto para seus filhos. “Então nós fomos correr atrás de

outras pessoas que tinham a expertise nesse assunto. Ministrando aulas para crianças e adolescentes foi um desafio, mas eu topei, participei de outras formações. Sempre falo para a galera aqui que quem não sente para aprender não pode levantar para ensinar”, lembra.

A ONG se organiza em núcleos específicos para atendimento em cada faixa etária. “Nós começamos com o Núcleo de Apoio e Assistência Sempre Alerta, que é a porta de entrada, onde a gente acolhe, escuta, cadastra, orienta e encaminha. Alguns são assistidos na própria instituição, outros precisam ir para a nossa rede de apoio sócio assistencial. Depois, nós temos o segundo núcleo, que é de segurança alimentar, voltado à alimentação saudável”, relata Ivone.

A Rede do Projeto atua em parceria com o sistema “S”: Senac, Sesi, Sesc, para que as pessoas possam qua-

lificar-se para o mercado de trabalho e garantir sua própria segurança alimentar. Oferece ainda palestras educativas, educação financeira oficinas de reaproveitamento integral dos alimentos, com o intuito de ajudar as famílias a conquistar sua sustentabilidade.

Depois, o núcleo de atenção à primeira infância oferece educação para crianças a partir de dois anos de idade, junto com outras atividades, principalmente a respeito de cidadania e valores. “Desde pequenininha a gente preza para que a criança aprenda sobre isso. Nós somos cidadãos de direito sim, mas nós também somos cidadãos de deveres, e é importante saber sobre isso”, pontua Ivone.

Aos seis anos, as crianças vão para a rede pública de ensino passam a frequentar o Pases no contraturno escolar, com acesso a cultura, lazer também, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento de habilidades sócio-emocionais. “Temos o programa Eu Lídero,

onde se aprende diariamente, a liberar emoções, ter empatia, colocar-se no lugar do outro. Essa é uma oficina muito legal. E também a oficina Papo Reto, que oferece a oportunidade de ouvirmos os questionamentos deles sobre as atividades”.

Já o núcleo de práticas esportivas garante a prática de esportes. Como a gente atua em áreas rurais, periféricas e quilombolas, há poucos recursos. “Até jogar Bete pode fazer parte de uma prática esportiva dentro do nosso núcleo, bola de gude também pode ser uma prática esportiva, assim como queimada, vôlei, futebol e o que houver de possibilidade”, explica ela.

Hoje a instituição conta com jovens com 16, 17,

18 anos, educadores sociais, legalmente certificados, que foram os primeiros alunos em 2010.

“Então a gente vê essa história acontecer sabendo que respeitou o tempo social dessa comunidade. O Pases é um projeto raiz, porque a gente pegou o menino pequenininho. Hoje ele é educador social.”

Há também um Núcleo Mulheres da Bênção, cujo objetivo é a defesa e garantia dos direitos da mulher, além de promover formação e capacitação profissional. Por fim, o Núcleo Carinhoso é voltado aos idosos, onde participam de oficinas de contação de história e apresentam peças teatrais montadas por eles mesmo para as crianças. ■



FOTO: DOIS NEGUIN

Seminário debate o papel das periferias na democratização do Brasil

ROSE SILVA



FOTO: SERGIO SILVA

Realizado em Brasília, evento teve a participação de representantes do governo federal e de lideranças do movimento social de vários estados

O papel das periferias no processo de democratização no Brasil do século XXI foi um dos temas do seminário realizado pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em 4 e 5 de dezembro, em Brasília. A abertura do evento teve a participação de lideranças do movimento social, do coordenador Paulo Ramos, de conselheiros e representantes de coletivos mapeados pela Recone-

xão, além da diretora da FPA Elen Coutinho e do vice-presidente, Breno Almeida. A vereadora reeleita pelo PT do Rio de Janeiro Tainá de Paula e o secretário nacional de Economia Popular e Solidária Gilberto Carvalho foram os expositores da primeira mesa.

Almeida destacou na abertura que os resultados da Reconexão Periferias refletem o estímulo à organização de base,

essencial à luta das trabalhadoras e trabalhadores. E que as periferias têm representado o rearranjo da sociedade brasileira após o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff em 2016. “À medida que a Fundação estimula esse tipo de iniciativa, expressa o entendimento de que a periferia não é apenas um posicionamento geográfico. O olhar sobre ela é, em certa medida, sobre a nossa realidade em



FOTO: SERGIO SILVA

sua maior exuberância. Hoje, a partir do conceito de Sul Global, o Brasil rompe com um grupo de nações privilegiadas, mais desenvolvidas e mais potentes, o que expressa sua força”, disse.

A vereadora Tainá de Paula falou sobre as grandes crises do Brasil hoje, que sinalizam os processos a serem enfrentados: as crises do trabalho, do futuro e ambiental. Em relação ao trabalho, argumentou que estamos sendo massacrados porque não há emprego para todo mundo, e o novo capitalismo resolveu nos descartar. “A grande maioria do nosso povo hoje está no

preariado, nem sequer compreende as relações trabalhistas. Há mais capital rentista do que gente com ‘grana’ querendo investir no Brasil. Nosso chão de fábrica e a capacidade de ter indústrias de base e transformação são pequenos. Portanto, nossa chance de obter um acordo laboral com o patronato que leve em conta a nossa vida com dignidade porque nossa existência é importante para produzir acabou”.

Ela afirmou que a base de sustentação que temos enquanto classe trabalhadora muito provavelmente irá sumir nos próximos dez anos. E se não começarmos

a pensar sobre novos postos de trabalho. “A gente tem que inventar empregos para não morrer”.

A vereadora falou também sobre a baixa expectativa de vida nas periferias, que categorizou como crise do futuro. “O periférico hoje é muito saudoso da nossa agenda de bem-estar social e de consumo de 20 anos atrás. Existe uma consciência sobre a possibilidade de morrer a qualquer momento de bala perdida e uma incógnita sobre a capacidade de se observar como sujeito público com direitos, capaz de se libertar do aprisionamento”.

Por fim, de Paula mencionou a crise ambiental. “No começo do século XXI, não necessariamente existia uma pobreza ambiental associada à pobreza econômica. Hoje existe porque as periferias foram transformadas em zonas de sacrifício e sem condição de vida, porque não há política de resíduos sólidos, nem os compromissos morais, éticos com a qualidade dessa classe

trabalhadora que mantém os bairros nobres e escolarizados”, pontuou.

O secretário Gilberto Carvalho disse que quando falamos em conexão com as periferias se trata da imensa maioria do povo brasileiro. E lembrou que, nos anos 1970 e 1980, quem levantou os movimentos de resistência à ditadura e construção de uma nova democracia foram elas. “O levante se deu na periferia, não foi no centro. Claro que houve alianças importantes com setores médios, com as universidades, os intelectuais. Mas o motor estava na periferia, onde trabalhava e morava o operariado de São Bernardo do Campo, do Rio de Janeiro, da Zona Leste mais remota”.

E retomou que, em 1987, quando foi realizado o quinto Encontro Nacional, decidiu-se que o PT seria um partido de massas com quadros e com uma estratégia de maiorias. “Lá surgiu o chamado Programa Democrático Popular. Nosso projeto foi vitorioso, ganhamos prefeituras,

estados e a Presidência da República, em sucessivas eleições, mudamos a cara do país. E, por estranho que pareça, fomos mirados por um golpe e o povo não compareceu. Aí está a grande questão: por quê?”

Segundo Carvalho, conseguiram construir um muro entre nós e a periferia, entre nós e os pobres, e esse muro está muito consolidado hoje. “Não vamos achar que como em 2004, 2005, uma simples mudança econômica nos trará a população massivamente. Houve uma mudança estrutural, uma revolução cultural no mundo da comunicação, da linguagem, da simbologia, que nós temos de saber trabalhar. É necessário mudar a maneira de comunicar e também o método de governar, aprender com Paulo Freire que a gente

educa a partir da prática. Se a gente não entender que não adianta entregar Minha Casa, Minha Vida aos milhares sem falar com o povo, seremos derrotados em 2026”.

Para ele, o desafio é pensar com muito mais público. “A periferia é protagonista. Temos de abrir espaço e encontrar formas de comunicação que permitam a potencialização de sementes libertárias que já estão nela e trabalham por meio de suas expressões culturais e organizativas. O governo bom é não é aquele que faz apenas obras físicas e sociais. Governo bom é pedagogo, é aquele que faz isso e estimula a organização do povo. É o governo que reforça a luta de classes no polo do povo periférico, da luta”, concluiu. ■



FOTO: DOIS NEGUIN/DIVULGAÇÃO

Seminário em Brasília reuniu organizações sociais e lideranças políticas de vários estados

ROSE SILVA



FOTO: DOIS NEGUIN/DIVULGAÇÃO

Durante o seminário *O papel das periferias no processo de democratização no Brasil do século XXI*, realizado pela área Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em Brasília, coletivos e lideranças sociais de várias regiões do Brasil apresentaram os principais desafios que vivem em suas comunidades.

A cientista social Luana Darby, do coletivo Utopia Negra, é professora substituta na rede municipal de ensino em Oiapoque (AP), uma cidade de 30 mil habitantes na fronteira com

a Guiana Francesa. Ela desenvolve um projeto de incentivo aos jovens de 14 a 18 anos para terem perspectivas de trabalho por meio de um aplicativo de orientação vocacional que os próprios alunos cons-

troem. E também realiza uma formação sobre fabricação de repelente natural a partir de citronela. Ela afirma que não faltam mentes capazes, e sim apoio para desenvolver a região de acordo com os saberes locais. “Nós não somos valorizados dentro do Estado brasileiro. Há quem tenha muitas oportunidades para ingressar em uma universidade boa, fazer pesquisa, e a gente não tem. Esses jovens devem ser muito valorizados, porque não é trabalho fixo, com direitos”, disse.

Hélio Silva Barbosa vem de uma organização – a Ajurcc (PB) - nascida de um núcleo de base do PT e da Teologia da Libertação que hoje atende 18 mil pessoas com entregas de alimentos, inclusão digital, economia solidária e cinema. “Experimentamos isso pensando que as igrejas evangélicas estão todos os dias na periferia fazendo o debate, e



FOTO: DOIS NEGUIN/DIVULGAÇÃO

a gente também tem de estar. Fizemos cursos de economia solidária para 500 mulheres de uma única cidade e obtivemos um resultado eleitoral: elegemos pela primeira vez uma mulher negra em um dos municípios mais reacionários da Paraíba e quase elegemos um deputado. É interessante isso porque mostra que nossa intervenção social reflete na ação política se for casada e articulada com esse objetivo. O número de beneficiários que alcançamos equivale ao número de votos que obtivemos no processo eleitoral”, relatou.

A integrante do movimento de mulheres do subúrbio Ginga, Claudia Isabele Rocha, disse que a atuação de seu coletivo em Salvador (BA) disputa meninos e homens com o genocídio e todas as interfaces da necropolítica. “Sinto que existe uma dificuldade, um estranhamento de concatenar o que a gente conhece do vivido com todo o aporte acadêmico que recebemos. Por exemplo, na profissionalização das pessoas nas periferias. Como a gente pode reconstruir essa linguagem comum e comunitária? Precisamos fazer um processo de

apropriação a partir da periferia, pois pela academia a gente falha em decorrência das lacunas de percepção, do etnocentrismo e de todas as violências epistemicidas. Esse é um dos custos do nosso futuro”, afirmou.

A diretora da Fundação Perseu Abramo Elen Coutinho, nascida e criada no subúrbio de Salvador, disse que a Reconexão Periferias abre um debate fundamental para o PT. “A crise que tem a ver com expectativa de vida, violência e ausência de democracia e direitos sociais na periferia está

colocada para o PT como um debate programático, que tem a ver com o desenvolvimento do país. Quais elementos de nosso discurso político e de nosso programa falam sobre horizonte e esperança para as pessoas? Nós precisamos de um programa que dialogue com o Brasil do século 21”, concluiu.

Para a Secretária Nacional LGBT do PT, Janaína Oliveira, fala-se muito de política social sem entender a própria geografia daquilo que está sendo tratado. “De que território estamos falando? De natalidade, migração, classe, ordem econômica. Quem está no

território? E aí as igrejas têm um efeito borboleta, imediato, que atinge com discurso, com resultado concreto, com assistência. Trabalhadores que estão no desemprego regularmente se deslocam para secretarias de Trabalho buscando alternativas, e quem está naquelas filas auxiliando as pessoas e oferecendo café da manhã e a palavra do senhor são as igrejas, algo que a gente não faz mais”, afirmou.

Ela lembra ainda que é necessário encarar temas espinhosos para melhorar a comunicação com as periferias. “Esse discurso moralista que as igrejas e a direita usam hoje

contra LGBT, mulheres e aborto é uma questão que a esquerda se recusou a debater lá atrás. As lutas sociais se dão para além de gerar emprego e matar a fome”, pontua.

Já o secretário de Economia Solidária da CUT, Admirson Medeiros Ferro Jr, o “Greg”, disse que pretende levar a periferia para dentro da secretaria. “Temos um coletivo nacional de economia solidária, estou no Conselho Nacional, e essa pauta é nossa. A gente precisa discutir os empreendimentos solidários e organizar a classe trabalhadora em territórios periféricos, afirmou. ■



FOTOS: DOIS NEGUIN/DIVULGAÇÃO



Thiago Cirrose

O artista Thiago Aguiar de Souza, que assina suas obras como Cirrose, é também conhecido como Favela em espaços por onde circula. Expõe seus trabalhos na Av. Paulista, e chama a atenção pela criatividade ao utilizar peças antes consideradas “lixo”, que são recicladas.

Seu interesse por desenho começou ainda pequeno, quando observava e se encantava vendo a mãe desenhar. No final de 1999 e começo dos anos 2000, virada do século, ele conheceu a cultura hip hop, envolveu-se com o graffiti e a pixação. Conheceu os trabalhos do Binho, a baratinha, e se conectou com as letras que ele mandava. Até então, ele não via a arte como uma profissão, era mais uma atividade de lazer.

Ao visitar uma exposição de Os Gêmeos, na Barra Funda, zona Oeste de São Paulo, ficou encantado, o que alimentou

sua vontade e interesse de tornar-se artista profissional. Em 2017, fez dois cursos de desenho básico no Senac e decidiu que precisava estudar mais para se profissionalizar.

Nos meandros da vida, em 2018, quando a mãe de Thiago estava em fase terminal do câncer, o médico recomendou que fizesse artesanato para passar o tempo e aliviar parte das dificuldades. Como ela tinha muito biscuit e material de pintura, Thiago retornou a São Paulo e passou a fazer também esses trabalhos. Começou a passar os personagens que desenhava para a massa, procurou no YouTube sobre cores, técnicas, e a vontade de aprender foi maior do que o medo de errar.

Atualmente, ao 34 anos de idade, Thiago usa materiais variados: palitos de sorvete, de dentes, de pirulito, de churrasco, papelão, fio, tampa de pasta de dentes, caixas de fósforo, isqueiros, serra-



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

gem, madeira, biscuit, cola, latinha, fone de ouvido, carregador, papel, areia, cimento entre outros materiais que vão aparecendo no dia a dia, que iriam para o lixo, mas que a criatividade e disposição de Thiago transforma em uma bela arte que retrata aspectos da vida e da arquitetura das favelas e periferias. ■

ARTE - THIAGO CIRROSE



FOTOS: REDES SOCIAIS

Saiba Mais:
Instagram: @cirrosearte
WhatsApp: (11) 978346847

OPORTUNIDADES FEVEREIRO/MARÇO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital "Periferias no Plural"	Os textos selecionados e publicados comporão as próximas obras da coleção "Periferias no Plural", a serem publicadas pela Editora Perseu Abramo em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil. A princípio, as publicações serão obras digitais, com possibilidade de impressão. Caso sejam impressas, cada autor receberá 15 cópias da publicação com a qual contribuiu. A obra é dotada de fim formativo, sem cunho comercial e, portanto, de distribuição gratuita. Ao submeterem seus trabalhos, os autores e autoras estarão de acordo com esse formato e com o objetivo do material. As publicações ficarão disponíveis para serem baixadas nos sites das Fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert Brasil e serão divulgadas e difundidas nas redes destas instituições, com eventos de lançamento e debates.	Até 10 de Março de 2025	https://fpabramo.org.br/reconexao-periferias/colecao-periferias-no-plural-abre-edital/
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/opportunidade/2059/

OPORTUNIDADES FEVEREIRO/MARÇO

<p>10º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco</p>	<p>Constitui objeto do 10º Prêmio Ayrton de Almeida Carvalho de Preservação do Patrimônio Cultural de Pernambuco a seleção e a premiação de ações exemplares voltadas à proteção, preservação, conservação, salvaguarda e outras formas de acautelamento do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial em todas as macrorregiões do Estado de Pernambuco.</p>	<p>Até 04 de abril de 2025</p>	<p>https://www.cultura.pe.gov.br/editais/</p>
<p>15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual - Roteiro</p>	<p>O 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual é destinado a apoiar financeiramente a realização de projetos de audiovisual associados à produção e finalização de curtas-metragens e longas-metragens; finalização de longas-metragens e séries; desenvolvimento de roteiros de longas-metragens e séries; distribuição de longas-metragens e séries; apoio para plataformas de streaming para licenciamentos de curtas-metragens, longas-metragens e séries; e manutenção ou criação de cineclubes.</p>	<p>Até 19 de fevereiro de 2025</p>	<p>https://mapacultural.secult.ce.gov.br/</p>
<p>15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual - Modalidade Cineclubes</p>	<p>O 15º Edital Ceará de Cinema e Audiovisual é destinado a apoiar financeiramente a realização de projetos de audiovisual associados à produção e finalização de curtas-metragens e longas-metragens; finalização de longas-metragens e séries; desenvolvimento de roteiros de longas-metragens e séries; distribuição de longas-metragens e séries; apoio para plataformas de streaming para licenciamentos de curtas-metragens, longas-metragens e séries; e manutenção ou criação de cineclubes.</p>	<p>Até 19 de fevereiro de 2025</p>	<p>https://mapacultural.secult.ce.gov.br/</p>

<p>Seleção de projetos de realização de eventos culturais na área de moda e design de Mato Grosso do Sul</p>	<p>Seleção de projetos culturais voltados ao segmento da moda e design na categoria de realização de eventos de pequeno porte. O objetivo é incentivar as diversas formas de manifestações culturais na área de moda e design em Mato Grosso do Sul, promovendo a difusão e o acesso a atividades culturais diretamente relacionadas.</p>	<p>Até 18 de fevereiro de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15413</p>
<p>Prêmio Cidade da Música</p>	<p>A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Salvador (SECULT), visando fomentar, promover e difundir a produção musical local, conforme estabelecido no Convênio FUNARTE nº 30/2023, torna público o presente Edital com o objetivo de premiar obras musicais produzidas por bandas, conjuntos e grupos musicais domiciliados ou sediados no município do Salvador.</p>	<p>Até 03 de março de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15241</p>
<p>Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil</p>	<p>A Convocatória Funarte Mapeamento de Acervos de Arte no Brasil é um serviço criado pelo Centro de Documentação da Funarte com o objetivo de identificar os acervos documentais, bibliográficos e artísticos pertencentes a artistas, coletivos, e entidades nas áreas das Artes Visuais, Circo, Dança, Música e Teatro e demais cidadãos. A identificação destes conjuntos é o primeiro passo para conhecermos onde, quantos e quais são as necessidades de tratamento e preservação dos acervos e coleções, desassistidos por instituições ou em situação de risco existentes em todas as regiões do país. Estas são informações fundamentais para a formulação futura de uma política para preservação dos acervos e valorização da memória das artes no Brasil.</p>	<p>Até 22 de Julho de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15191</p>

<p>ICMS Cultural - Edital Caminhos dos Engenhos</p>	<p>O EDITAL CAMINHOS DOS ENGENHOS é uma política pública de cultura cujo objetivo é o fortalecimento do turismo histórico e cultural na Paraíba, tendo como ênfase o incentivo à realização de projetos de intervenção estrutural e de ocupação artístico-cultural em engenhos de cana de açúcar situados em território paraibano.</p>	<p>Até 14 de fevereiro de 2025</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/15390</p>
<p>Edital de chamamento público nº 002-2024 - diversos segmentos culturais</p>	<p>Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/14475</p>
<p>Banco de Projetos Socioambientais</p>	<p>O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.</p>	<p>Inscrições contínuas.</p>	<p>https://prosas.com.br/</p>

Prorrogada a chamada pública para a coleção Periferias no Plural



Interessados em colaborar com a coleção em um dos dois eixos propostos pelo edital – Periferias itinerantes e Periferias e justiça climática – podem enviar seus trabalhos até 10 de março.

O Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, acaba de prorrogar chamada pública para pessoas interessadas em colaborar com a coleção Periferias no Plural – iniciativa promovida em

parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil. Agora, os trabalhos, que devem se basear em um dos dois eixos propostos pelo edital (“Periferias itinerantes” e “Periferias e justiça climática”), po-

derão ser encaminhados via e-mail até 10/3.

Não deixem de enviar suas propostas sobre esses tópicos. Todas as regras de submissão podem ser conferidas no edital.

[Saiba mais sobre o edital. Clique aqui.](#)



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR